

Artigo

TEA e perfis cognitivos: pontos fortes, desafios e adaptações funcionais

ASD and cognitive profiles: strengths, challenges and functional adaptations

Maikon de Almeida Souza¹, Janildes de Moura Lino², Cliciano Vieira da Silva³, Aldair Castro Costa Simões⁴, Alisson do Nascimento Forte⁵, Ilça Daniela Monteiro Tomaz⁶ e Rodrigo Fernandes da Silva⁷

¹Mestrando em Educação pelo Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo, São Paulo, São Paulo. ORCID: 0000-0003-3582-933X. E-mail: maikonalmeydasouza@gmail.com;

²Especialista em Direito Penal e Processual Penal pelo Centro Universitário UnidomPedro, Salvador, Bahia. ORCID: 0009-0002-8073-7645. E-mail: janildeslino@hotmail.com;

³Mestre em Estudos Jurídicos com Ênfase em Direito Internacional pela Must University, Deerfield Beach, Flórida. ORCID: 0009-0001-9073-482X. E-mail: clicianoxsilva@gmail.com;

⁴Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Cidade Guanhanes, Guanhanes, Minas Gerais. ORCID: 0009-0003-0484-4198. E-mail: daicostafono@gmail.com;

⁵Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad del Sol, Assunção, Paraguai. ORCID: 0009-0007-2498-9422. E-mail: alisson_federal@hotmail.com;

⁶Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Assunção, Paraguai. ORCID: 0000-0002-6984-3773. E-mail: daniela.tomaz.adv@gmail.com;

⁷Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon, Paraná. ORCID: 0000-0002-0806-4354. E-mail: rodrigofernandes@opcaonet.com.br;

Submetido em: 21/03/2026, revisado em: 24/03/2026 e aceito para publicação em: 24/03/2026.

RESUMO: O transtorno do espectro autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento marcada por ampla heterogeneidade clínica, cognitiva e funcional. A literatura recente tem questionado leituras exclusivamente deficitárias do autismo e indicado que o perfil cognitivo de muitas pessoas autistas é melhor descrito como desigual, com combinações específicas de desempenhos preservados, superiores e vulneráveis. Este artigo analisa, à luz da literatura científica e de diretrizes contemporâneas, como os perfis cognitivos no TEA articulam pontos fortes, desafios e necessidades de adaptação funcional. Adota-se uma revisão narrativa baseada em meta-análises, revisões sistemáticas e documentos institucionais de saúde. A análise mostra que são frequentes dificuldades em flexibilidade cognitiva, velocidade de processamento, planejamento, integração contextual e autorregulação, mas também se observam potencialidades relevantes em atenção a detalhes, raciocínio não verbal, memória em domínios específicos, processamento visuoespacial e interesses intensos. Argumenta-se que a tradução desses achados para a prática depende de avaliação individualizada, leitura ecológica do funcionamento e organização de apoios em contextos reais. Entre as adaptações funcionais mais consistentes destacam-se a estruturação previsível do ambiente, os suportes visuais, o manejo sensorial, as instruções explícitas, a flexibilização de tempo e a mediação comunicativa.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Perfis cognitivos; Funções executivas; Adaptação funcional. Neurodesenvolvimento.

ABSTRACT: Autism spectrum disorder is a neurodevelopmental condition characterized by broad clinical, cognitive and functional heterogeneity. Recent literature has challenged exclusively deficit-based views and suggested that the cognitive profile of many autistic people is better described as uneven, combining preserved, superior and vulnerable areas of performance. This article analyzes how cognitive profiles in ASD bring together strengths, challenges and functional adaptation needs. A narrative review was conducted using meta-analyses, systematic reviews and institutional health documents. The analysis indicates recurring difficulties in cognitive flexibility, processing speed, planning, contextual integration and self-regulation, alongside strengths in attention to detail, nonverbal reasoning, domain-specific memory, visuospatial processing and intense interests. These findings are most useful when translated into individualized assessment, ecological interpretation of functioning and context-based support planning.

Keywords: Autism spectrum disorder. Cognitive profiles. Executive functions. Functional adaptation. Neurodevelopment.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O transtorno do espectro autista tem sido descrito por organismos internacionais e sistemas públicos de saúde como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por diferenças persistentes na comunicação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, com expressão variável ao longo do ciclo vital e entre os sujeitos (WHO,

2025; Brasil, 2025). A atualização dos sistemas classificatórios e o crescimento da identificação diagnóstica ampliaram a visibilidade do tema, mas também evidenciaram um problema recorrente na produção acadêmica e nas práticas institucionais: a tendência de reduzir o TEA a um conjunto homogêneo de déficits, ignorando a diversidade dos percursos cognitivos e das formas concretas de funcionamento.

Nesse debate, a noção de perfil cognitivo tem relevância central. Em vez de pressupor um rebaixamento global do funcionamento intelectual, a literatura contemporânea descreve, com frequência, padrões desiguais de desempenho, nos quais coexistem áreas de relativa preservação, habilidades acima da média em domínios específicos e dificuldades marcantes em outros componentes cognitivos. Meta-análise recente sobre desempenho em escalas Wechsler aponta que crianças e adultos autistas tendem a apresentar raciocínio verbal e não verbal dentro da faixa típica, ao lado de fragilidade relativa em velocidade de processamento e, em menor grau, memória de trabalho, configurando um perfil “espículado” mais do que uniforme (Wilson *et al.*, 2024). Tal achado modifica a maneira de interpretar avaliações neuropsicológicas, planejar intervenções e organizar expectativas escolares e ocupacionais.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento de pontos fortes não autoriza idealizações românticas. Alguns sujeitos autistas demonstram forte percepção visual, memória semântica ou visuoespacial, atenção concentrada em regularidades e elevada consistência em tarefas estruturadas; outros, porém, experimentam dificuldades significativas de flexibilidade cognitiva, autorregulação, integração contextual de pistas sociais, adaptação a mudanças e gestão sensorial. Essas diferenças não são detalhes acessórios. Elas influenciam diretamente a capacidade de participar de rotinas domésticas, acompanhar demandas pedagógicas, sustentar vínculos sociais, ocupar postos de trabalho e proteger a própria saúde mental.

A discussão sobre perfis cognitivos no TEA também exige posicionamento teórico. Modelos clássicos, como a teoria da mente, a hipótese da disfunção executiva, a coerência central fraca e a teoria do sistema empatia-sistematização, ofereceram quadros explicativos importantes para a compreensão de padrões sociais e não sociais no autismo (Baron-Cohen, 2009). Contudo, nenhum desses modelos, isoladamente, explica a totalidade do fenômeno. A produção recente tem enfatizado que o funcionamento autista emerge da interação entre características do sujeito, demandas da tarefa, história de desenvolvimento e propriedades do ambiente. Em consequência, a passagem da avaliação para a intervenção não pode ser linear nem padronizada.

Este artigo parte dessa premissa para examinar o seguinte problema: de que modo os perfis cognitivos associados ao TEA articulam potencialidades, desafios e exigências de adaptação funcional em diferentes contextos de vida? O objetivo geral consiste em analisar, à luz da literatura científica e de documentos institucionais, os principais domínios cognitivos relacionados ao TEA, seus efeitos sobre o funcionamento cotidiano e as adaptações mais consistentes para promover participação e autonomia. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir a heterogeneidade dos perfis cognitivos no espectro; b) identificar pontos fortes descritos em estudos recentes; c) examinar desafios recorrentes em funções executivas, cognição social, coerência central e regulação; d) sistematizar adaptações funcionais pertinentes aos contextos familiar, escolar, clínico e laboral.

A relevância do tema decorre de três razões. A primeira é científica: a produção atual vem deslocando o foco de categorias amplas para descrições mais finas de domínios cognitivos e de trajetórias desenvolvimentais. A segunda é prática: avaliações e intervenções que ignoram forças e vulnerabilidades específicas tendem a produzir encaminhamentos genéricos e de baixa efetividade. A terceira é ética: compreender o TEA de modo não reducionista favorece estratégias menos estigmatizantes e mais compatíveis com os direitos da pessoa autista.

2 PERFIS COGNITIVOS NO TEA: HETEROGENEIDADE, DESENVOLVIMENTO E LIMITES DE MODELOS ÚNICOS

O termo “perfil cognitivo” refere-se ao arranjo específico de desempenhos de um indivíduo em diferentes domínios, como raciocínio, memória, linguagem, atenção, flexibilidade, planejamento e processamento social. No caso do TEA, a literatura tem mostrado que a distribuição desses desempenhos raramente segue um padrão linear. A heterogeneidade ocorre entre sujeitos, entre grupos diagnósticos e no próprio interior do mesmo indivíduo, dependendo da idade, do nível de suporte, da presença de deficiência intelectual, da linguagem disponível, da comorbidade e do tipo de tarefa empregado na avaliação.

Essa constatação corrige duas simplificações frequentes. A primeira consiste em tratar o autismo como sinônimo de déficit intelectual global. Embora uma parcela da população autista apresente deficiência intelectual associada, isso não descreve o conjunto do espectro. A segunda simplificação consiste em imaginar que o autismo possa ser explicado por uma única alteração cognitiva nuclear. Os dados acumulados não sustentam tal uniformidade. Em muitas amostras, há desempenhos adequados em raciocínio abstrato e solução de problemas estruturados coexistindo com acentuada dificuldade em situações abertas, ambíguas ou intensamente dependentes de pistas sociais implícitas.

A meta-análise de Wilson *et al.* (2024), baseada em mais de 1.800 participantes neurodivergentes em bancos de dados relacionados às escalas WAIS-IV e WISC-V, é particularmente esclarecedora. Os autores observaram que indivíduos autistas tendem a situar-se em faixa típica para raciocínio verbal e não verbal, ao passo que exibem desempenho inferior, em média, em velocidade de processamento e leve redução em memória de trabalho. Trata-se de um achado importante porque desloca a leitura do autismo de um modelo de incapacidade difusa para uma configuração de assimetria entre domínios. Na prática, isso significa que um estudante autista pode compreender conceitos complexos, mas precisar de mais tempo para registrar respostas, mudar de tarefa ou organizar etapas sequenciais de execução.

Outra contribuição relevante vem dos estudos longitudinais. Revisão sistemática de Rosello *et al.* (2021) sobre desfechos do desenvolvimento em adolescentes autistas sem deficiência intelectual mostrou relativa estabilidade do diagnóstico e do quociente intelectual ao longo do tempo, com melhora parcial em funções executivas, teoria da mente e coerência central, embora

persistam diferenças quando comparadas a grupos típicos. O dado sugere que o perfil cognitivo não é estático, mas tampouco se dissolve espontaneamente. Há plasticidade, aprendizagem e maturação, porém muitos desafios permanecem quando as demandas ambientais aumentam na adolescência e na vida adulta.

A interpretação dos perfis cognitivos no TEA foi historicamente influenciada por modelos teóricos específicos. A teoria da mente enfatizou dificuldades em atribuir estados mentais a outras pessoas e em inferir crenças, intenções e emoções. A hipótese da disfunção executiva destacou problemas em inibição, planejamento, flexibilidade e monitoramento. A teoria da coerência central fraca propôs tendência ao processamento local em detrimento da integração global. Já a teoria do sistema empatia-sistematização, desenvolvida por Baron-Cohen (2009), argumentou que aspectos sociais e não sociais do autismo exigem modelo dual, no qual menor empatia cognitiva convive com maior orientação à sistematização. Embora cada abordagem tenha contribuído para mapear dimensões do funcionamento autista, todas apresentam limites quando elevadas à condição de explicação única.

A crítica contemporânea não rejeita completamente esses modelos; antes, recomenda usá-los de forma situada. O mesmo desempenho que, em um contexto, aparece como dificuldade pode, em outro, constituir vantagem adaptativa. A atenção intensa a detalhes, por exemplo, pode dificultar leitura global de situações sociais complexas, mas favorecer revisão minuciosa de códigos, identificação de padrões, auditoria de dados, catalogação e atividades com alta exigência de precisão. Do mesmo modo, uma necessidade acentuada de previsibilidade pode gerar sofrimento diante de mudanças abruptas, mas contribuir para consistência, regularidade e confiabilidade em rotinas bem estruturadas.

Outro ponto decisivo é que testes cognitivos tradicionais nem sempre captam o funcionamento ecológico. Um resultado adequado em tarefa padronizada não garante manejo satisfatório de demandas simultâneas, ruído, imprevisibilidade, linguagem implícita ou pressão social. Da mesma forma, um desempenho inferior em tarefa abstrata de laboratório não implica incapacidade generalizada no cotidiano. A leitura funcional precisa considerar onde, com quem, em quais condições e com quais apoios a pessoa atua melhor. Nesse aspecto, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde oferece referência útil ao enfatizar que funcionamento e participação resultam da interação entre características individuais e fatores ambientais (Who, 2025). As diretrizes brasileiras de cuidado ao TEA também apontam para essa abordagem ampliada. O Ministério da Saúde orienta que a avaliação e o acompanhamento sejam organizados de forma interdisciplinar, centrados na singularidade do sujeito e de sua família, evitando decisões baseadas exclusivamente em rótulos diagnósticos ou em repertórios padronizados de intervenção (Brasil, 2025). Essa perspectiva é coerente com a literatura sobre perfis cognitivos, pois reconhece que as necessidades de suporte variam substancialmente mesmo entre pessoas com a mesma classificação diagnóstica.

3 PONTOS FORTES COGNITIVOS NO TEA: VARIÇÕES DE DESEMPENHO, TALENTOS ESPECÍFICOS E POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

A literatura recente tem insistido que uma análise rigorosa do TEA não pode ser construída apenas a partir de déficits. Essa inflexão não representa negação das dificuldades reais, mas correção metodológica e ética de um viés histórico. Ao concentrar-se quase exclusivamente em prejuízos, parte da pesquisa negligenciou capacidades relevantes para a aprendizagem, a adaptação e a qualidade de vida. Maw et al. (2024), em revisão crítica sobre forças cognitivas em condições do neurodesenvolvimento, observam que estudos mais recentes têm descrito, em diferentes grupos, percepção visual ampliada, memória espacial, memória semântica, criatividade divergente e outras competências que podem ser subestimadas quando o desenho de pesquisa parte apenas de hipóteses deficitárias.

No TEA, um dos pontos fortes mais consistentemente mencionados é a atenção a detalhes. Em muitos indivíduos, essa característica se expressa como sensibilidade para regularidades, discrepâncias mínimas, padrões visuais, erros de consistência e componentes específicos de uma tarefa. Em contextos pedagógicos, isso pode favorecer reconhecimento rápido de sequências, categorização, rotinas de conferência e resolução de problemas com alta estrutura. Em ambientes profissionais, pode traduzir-se em precisão na revisão de planilhas, programação, controle de qualidade, design técnico, tratamento de dados e tarefas que exigem monitoramento acurado de diferenças sutis.

Também há evidências de potencialidades em domínios visuoespaciais e de raciocínio não verbal. Wilson et al. (2024) mostraram que, em média, pessoas autistas apresentam desempenho típico em índices de raciocínio verbal e não verbal, o que impede generalizações sobre baixo potencial cognitivo. Em alguns casos, a habilidade de operar com relações lógicas, sistemas, padrões formais e manipulação de informação visual favorece aprendizagem robusta em matemática, computação, música, desenho técnico, cartografia, montagem e modelagem de sistemas. Não se trata de afirmar que tais competências sejam universais entre autistas, mas de reconhecer que sua presença é suficientemente frequente para merecer avaliação específica e cultivo intencional.

O estudo de Bal, Wilkinson e Fok (2022) aprofunda essa discussão ao investigar talentos extraordinários e forças pessoais relatadas por pais de 1.470 crianças autistas sem comprometimento cognitivo global. Quase metade da amostra apresentou ao menos um talento relatado, e parcela adicional mostrou força pessoal mesmo sem talento extraordinário. Os autores demonstraram que competências em áreas como cálculo, leitura, desenho, memória e habilidades visuoespaciais associavam-se a perfis distintos de desempenho em testes padronizados. O dado mais importante do estudo não é apenas a frequência dessas habilidades, mas o argumento de que elas precisam ser examinadas separadamente por

domínio. Reunir todas as forças sob um rótulo genérico empobrece a compreensão do funcionamento real.

A intensidade de interesses restritos, frequentemente descrita apenas como sintoma, também pode desempenhar papel cognitivo produtivo. Quando adequadamente mediado, o interesse circunscrito favorece foco sustentado, aprofundamento conceitual, busca autônoma de informação, memória de longo prazo e formação de expertise. Em vez de ser visto unicamente como obstáculo, esse traço pode funcionar como porta de entrada para alfabetização, desenvolvimento de linguagem, produção acadêmica, qualificação técnica e engajamento ocupacional. O ponto decisivo é a mediação: sem articulação com objetivos funcionais e ampliação gradual de repertório, o interesse intenso pode permanecer encapsulado; com mediação adequada, converte-se em alavanca de aprendizagem.

Outra dimensão a considerar é a consistência em tarefas altamente estruturadas. Muitos indivíduos autistas respondem melhor quando há regras explícitas, critérios estáveis, sequência previsível de ações e redução de ambiguidade. Em contextos educacionais, isso pode resultar em desempenho superior em atividades com instrução clara, rubricas detalhadas e objetivos delimitados. Em contextos laborais, favorece produtividade em funções nas quais a estabilidade procedimental e a confiabilidade são valorizadas. A qualidade do desempenho, nesses casos, depende menos de “motivação” em sentido abstrato e mais da correspondência entre o perfil cognitivo do sujeito e a arquitetura da tarefa.

Importa registrar que pontos fortes cognitivos não equivalem, necessariamente, a adaptação funcional espontânea. Uma pessoa pode ter excelente raciocínio abstrato e, ainda assim, sofrer para iniciar tarefas, lidar com sobrecarga sensorial ou sustentar comunicação pragmática em grupo. Da mesma forma, um talento em cálculo ou desenho não elimina a necessidade de suporte para planejamento, transição entre atividades ou organização do cotidiano. O reconhecimento de forças precisa, portanto, ser integrado a avaliação de barreiras ambientais e de demandas executivas.

4 DESAFIOS COGNITIVOS NO TEA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO COTIDIANO

Se o reconhecimento de forças cognitivas corrige vieses deficitários, o exame dos desafios continua indispensável para compreender por que tantas pessoas autistas enfrentam barreiras consistentes na escola, no trabalho, na vida diária e na saúde mental. Esses desafios não decorrem apenas de “falta de habilidade”, mas de combinações entre características de processamento, exigências contextuais e disponibilidade de apoio. Ainda assim, alguns domínios aparecem com regularidade suficiente na literatura para orientar avaliação e intervenção.

As funções executivas constituem um dos campos mais estudados. Meta-análise clássica de Demetriou et al. (2018) encontrou disfunção executiva ampla no TEA ao longo do desenvolvimento, embora a sensibilidade

diagnóstica dos instrumentos varie e a heterogeneidade entre subdomínios seja relevante. Revisão sistemática de Christoforou et al. (2023), voltada à educação infantil, mostrou que em pré-escolares autistas são frequentes prejuízos em flexibilidade e, em muitos estudos, em inibição, enquanto memória de trabalho e planejamento apresentam resultados mais mistos. Já a meta-análise de Lage et al. (2024) identificou dificuldades de flexibilidade cognitiva com efeito pequeno a moderado em autistas sem deficiência intelectual, destacando a heterogeneidade, mas confirmando que alternância de critérios, mudança de estratégia e redução de perseveração permanecem áreas sensíveis.

Na vida cotidiana, dificuldades executivas costumam aparecer menos como falha abstrata e mais como problemas de transição, início de tarefa, organização sequencial, priorização, monitoramento do tempo, tolerância à interrupção e adaptação a contingências novas. Um estudante pode dominar o conteúdo, mas falhar em entregar atividades no prazo por não conseguir fracionar etapas. Um adulto pode ser tecnicamente competente, mas apresentar esgotamento quando precisa alternar rapidamente entre demandas concorrentes ou interpretar instruções implícitas. Sem leitura funcional, tais comportamentos são frequentemente confundidos com desinteresse, oposição ou irresponsabilidade.

Outro domínio relevante é a velocidade de processamento. Wilson et al. (2024) apontam que, em média, pessoas autistas apresentam fragilidade relativa nesse componente, mesmo quando raciocínio verbal e não verbal se mantêm na faixa típica. O impacto funcional é expressivo. A lentificação pode comprometer cópia, registro escrito, resposta sob pressão temporal, tomada de decisão em ambientes ruidosos e acompanhamento de interações rápidas. Em contextos escolares e laborais fortemente orientados por tempo, esse padrão gera subestimação de competência, pois a avaliação costuma privilegiar rapidez e não apenas qualidade de raciocínio.

A cognição social representa outro eixo central. Estudos fundamentados na teoria da mente indicam que muitos sujeitos autistas encontram dificuldade para inferir estados mentais, captar ironia, duplo sentido, intenções indiretas e regras conversacionais implícitas. Jones et al. (2018), em investigação com adolescentes autistas, encontraram associação entre habilidades de teoria da mente e sintomas de comunicação social, além de relação entre teoria da mente e comportamentos restritos e repetitivos. Esses resultados sugerem que a leitura do outro não é componente periférico, mas parte do modo como o sujeito organiza previsibilidade, significado social e resposta ao ambiente. Na prática, déficits nesse campo podem produzir mal-entendidos recorrentes, isolamento, vulnerabilidade a manipulação e maior custo cognitivo em interações grupais.

A questão da coerência central também merece atenção. A hipótese de coerência central fraca propõe que, em muitos casos, há maior propensão ao processamento local do que à integração global de informações. Estudos recentes continuam investigando esse fenômeno. Tassini et al. (2024) observaram tendência ao processamento local em adultos autistas, com possível perda de pistas sociais contextuais importantes para interpretação de cenas. A

implicação funcional é clara: a pessoa pode perceber detalhes com grande precisão e, ao mesmo tempo, ter dificuldade para sintetizar o sentido global de uma situação complexa, sobretudo quando múltiplas pistas verbais e não verbais precisam ser articuladas simultaneamente.

Desafios de regulação emocional e sensorial agravam esse quadro cognitivo. Embora não sejam redutíveis a processos “puramente cognitivos”, eles modulam fortemente o desempenho. Ambientes imprevisíveis, iluminação intensa, ruído, excesso de estímulos, contato social obrigatório e linguagem ambígua podem saturar os recursos atencionais e executivos. Revisão meta-analítica de Restoy et al. (2024) mostrou que dificuldades de regulação emocional em crianças e adolescentes autistas se associam a sintomas internalizantes e externalizantes, cognição e habilidades sociais, além de responderem a intervenções não farmacológicas. Isso indica que suporte emocional não é elemento acessório, mas componente estrutural de adaptação funcional.

Esses desafios tendem a acumular-se em momentos de transição de desenvolvimento. A entrada na adolescência aumenta demandas de autonomia, autorregulação, leitura social fina e planejamento de longo prazo. Rosello et al. (2021) verificaram que, embora haja algum progresso em teoria da mente, funções executivas e coerência central, dificuldades adaptativas permanecem relativamente estáveis em muitos casos. Isso ajuda a explicar por que indivíduos com bom desempenho em testes formais podem enfrentar ruptura importante quando deixam contextos altamente mediados e passam a depender de gestão autônoma de tempo, deslocamento, autocuidado, burocracias e redes sociais.

É necessário acrescentar um aspecto frequentemente negligenciado: o custo adaptativo. Muitas pessoas autistas aprendem estratégias compensatórias eficazes, mas psicologicamente caras, como observação exaustiva de regras sociais, roteirização de conversas, hipercontrole comportamental e supressão de respostas espontâneas. Tais estratégias podem melhorar desempenho aparente sem reduzir sofrimento. A avaliação dos desafios cognitivos não deve limitar-se ao produto final da ação; deve considerar o esforço requerido, o desgaste acumulado e a sustentabilidade do funcionamento.

A partir das evidências discutidas, observa-se que os desafios cognitivos mais recorrentes no TEA não podem ser interpretados como falhas morais nem como incapacidade absoluta. Eles descrevem modos específicos de processamento que, sob determinadas condições ambientais, ampliam obstáculos para participação. Desse ponto de vista, a função da intervenção não é apenas treinar o indivíduo, mas redesenhar tarefas, contextos e expectativas para reduzir o descompasso entre demanda e perfil cognitivo.

5 ADAPTAÇÕES FUNCIONAIS: DA AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA AO DESENHO DE CONTEXTOS ACESSÍVEIS

O conceito de adaptação funcional remete ao conjunto de modificações ambientais, comunicativas,

temporais, pedagógicas e relacionais que tornam uma tarefa mais acessível sem descaracterizar seu objetivo central. No TEA, esse conceito é especialmente relevante porque o desempenho costuma variar acentuadamente conforme previsibilidade, demanda social implícita, complexidade sensorial e necessidade de flexibilidade em tempo real. Em outras palavras, a mesma pessoa pode falhar em um arranjo inadequado e apresentar desempenho competente quando o contexto é redesenhado com precisão.

Uma primeira diretriz consiste em substituir intervenções genericamente “para autistas” por leitura ecológica do funcionamento. O ponto de partida não deve ser apenas a categoria diagnóstica, mas a análise de como o sujeito compreende instruções, regula atenção, tolera transições, organiza o tempo, processa estímulos sensoriais, solicita ajuda e transforma interesses em ação produtiva. Diretrizes brasileiras de cuidado enfatizam a centralidade do projeto terapêutico singular e da articulação entre equipe, família e território na definição de apoios (Brasil, 2025). Isso significa que adaptações funcionais eficazes derivam de avaliação contextualizada e não de protocolos indiferenciados.

Entre as adaptações mais consistentes na literatura, os suportes visuais ocupam lugar de destaque. Rutherford et al. (2020), em revisão de escopo sobre suportes visuais em casa e na comunidade, mostraram que tais recursos podem reduzir ansiedade, aumentar previsibilidade, apoiar comunicação e ampliar participação. Rotinas visuais, agendas sequenciais, quadros “primeiro/depois”, checklists, mapas de ambiente, sinais de transição e instruções por etapas funcionam como externalização de demandas executivas. Em vez de depender apenas de linguagem oral e memória de trabalho, o sujeito passa a dispor de referência concreta, estável e revisável. Essa estratégia é valiosa em crianças, adolescentes e adultos, especialmente em atividades que exigem múltiplas etapas ou envolvem mudança de ambiente.

A previsibilidade ambiental também se mostra decisiva. Isso não implica rigidez absoluta, mas comunicação antecipada de mudanças, clareza sobre o que será exigido, indicação do início e do término das tarefas e explicitação de critérios de sucesso. Pessoas autistas frequentemente manejam melhor a transição quando dispõem de aviso prévio, tempo de preparação e descrição objetiva da alteração esperada. Em contexto escolar, isso pode significar antecipar mudanças de sala, substituição de professor, avaliação diferente ou atividade em grupo. Em contexto laboral, pode envolver detalhar prioridades, prazos, canais de comunicação e procedimentos para lidar com imprevistos.

As adaptações temporais são igualmente relevantes. Quando há lentificação do processamento ou maior custo executivo, oferecer mais tempo para resposta, reduzir pressão de simultaneidade e permitir pausas programadas pode preservar a qualidade do desempenho sem modificar o objetivo cognitivo da tarefa. O ajuste de tempo é frequentemente interpretado de forma simplista como “facilidade”, quando, na verdade, corrige distorções produzidas por um sistema que confunde rapidez com

competência. No ensino superior, em concursos, em avaliações clínicas e no trabalho, essa diferença é substancial.

Outro eixo fundamental refere-se ao manejo sensorial. A acessibilidade para pessoas autistas não se limita a rampas ou recursos físicos evidentes; inclui controle de ruído, luminosidade, aglomeração, temperatura, odores e possibilidade de retirada breve para regulação. Ambientes com sobrecarga sensorial consomem recursos atencionais e executivos, diminuindo disponibilidade para aprendizagem e interação. Ajustes como fones abafadores, redução de estímulos visuais desnecessários, áreas de menor circulação, assentos estrategicamente posicionados e intervalos sensoriais planejados podem ter efeito funcional superior ao de intervenções longas e descontextualizadas.

As adaptações comunicativas também merecem tratamento específico. Instruções excessivamente abstratas, implícitas ou metafóricas podem falhar não por ausência de inteligência, mas por desalinhamento pragmático. Uma comunicação acessível tende a privilegiar enunciados claros, objetivos, segmentados em etapas e acompanhados, quando necessário, de modelagem prática. Confirmar entendimento, evitar múltiplas ordens simultâneas e explicitar expectativas sociais reduz a margem de ambiguidade. Essa orientação vale para sala de aula, atendimento em saúde, trabalho e interações familiares. A precisão comunicativa não empobrece a relação; ao contrário, diminui ruído interpretativo e sofrimento desnecessário.

Em contexto escolar, adaptações funcionais devem ser integradas ao currículo e à avaliação. Isso inclui organização previsível da rotina, flexibilização de formato de resposta, apoio à organização do material, instruções multimodais, mediação em trabalhos coletivos e construção de pontes entre interesses específicos e objetivos pedagógicos. O desenho universal para aprendizagem oferece contribuição importante ao propor

múltiplos meios de representação, ação e engajamento, o que beneficia não apenas alunos autistas, mas a turma como um todo. Quando a escola depende exclusivamente de exposição oral rápida, inferência social implícita e avaliação em tempo rígido, ela amplifica barreiras que poderiam ser reduzidas com planejamento didático mais sofisticado.

No trabalho, as adaptações precisam considerar a tensão entre desempenho técnico e cultura organizacional. A literatura sobre disclosure e permanência no emprego mostra que apoio laboral depende tanto de ajustes concretos quanto do clima institucional (Sreckovic et al., 2024). Descrições de função objetivas, onboarding estruturado, supervisão clara, feedback específico, redução de ambiguidades relacionais e possibilidade de adaptações sensoriais ou comunicativas podem melhorar retenção e bem-estar. Por outro lado, ambientes que valorizam improvisação contínua, networking informal obrigatório e instrução vaga tendem a excluir perfis autistas mesmo quando há alta competência técnica.

Intervenções comportamentais e desenvolvimentais também podem contribuir quando articuladas a objetivos funcionais. Revisão sistemática de Pruneti et al. (2024) concluiu que diferentes abordagens, como PECS, PRT, TEACCH, ESDM e EIBI, mostraram efeitos positivos em sintomas e funcionamento adaptativo, sobretudo quando o foco incidiu sobre linguagem receptiva, comunicação e organização global de comportamento. Todavia, o uso dessas abordagens requer discernimento. O critério de qualidade não deve ser apenas aumento de conformidade comportamental, mas ampliação de comunicação, autonomia, participação e redução de sofrimento.

Para sintetizar a relação entre domínios cognitivos, desafios e apoios, o quadro a seguir organiza eixos frequentes na literatura.

Quadro 1 – Relação entre domínios cognitivos, pontos fortes, desafios e adaptações funcionais no TEA

Domínio	Pontos fortes possíveis	Desafios frequentes	Adaptações funcionais
Atenção a detalhes e processamento local	identificação de padrões, precisão, revisão minuciosa	perda do contexto global, dificuldade para integrar exemplos-modelo, foco em regularidades	explicitação do objetivo global, sínteses visuais, mediação de contexto
Raciocínio verbal e não verbal	compreensão conceitual, solução lógica de problemas	desempenho subestimado, quando a tarefa exige rapidez	tempo ampliado, instruções claras, avaliação multimodal, segmentação de etapas
Memória específica e interesses intensos	retenção de informações, aprofundamento temático, construção de expertise	hiperfoco com dificuldade de alternância e generalização	deuso pedagógico dos interesses, ponte para novos conteúdos, transições graduais
Funções executivas	boa execução quando rotina está estruturada e critérios são estáveis	iniciação de tarefas, planejamento, monitoramento e organização do tempo	checklists, agendas visuais, alternância, divisão de tarefas, supervisão objetiva, pistas externas
Cognição social e pragmática	maior previsibilidade quando regras sociais são explicitadas	inferência de intenções, ironia, implícita, leitura de duplo sentido	linguagem direta, feedback específico, ensino explícito de convenções, mediação relacional
Processamento sensorial e regulação	desempenho consistente em ambientes ajustados e previsíveis	sobrecarga com ruído, luz, aglomeração, mudanças abruptas e estímulos	controle sensorial do ambiente, mudanças programadas, rotas de regulação, aviso prévio de mudanças

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A utilidade de um quadro como esse não está em padronizar sujeitos, mas em lembrar que adaptação funcional nasce da articulação entre observação fina, formulação de hipótese e experimentação contextual. A mesma estratégia pode ser crucial para uma pessoa e irrelevante para outra. Além disso, adaptações eficazes tendem a ser negociadas, monitoradas e revisadas. Ambientes mudam, demandas evoluem e o próprio sujeito desenvolve novas formas de autorregulação ao longo do tempo.

Há, ainda, uma dimensão política nessas adaptações. Quando a instituição só reconhece como legítimo um único modo de aprender, comunicar e produzir, transforma diferença em desvantagem estrutural. Ajustar o ambiente não constitui favor, mas condição de acesso equitativo. A literatura e as diretrizes de saúde convergem nesse ponto: barreiras contextuais intensificam incapacidade; apoios adequados ampliam participação. Por isso, a análise de perfis cognitivos no TEA atinge sua finalidade apenas quando informa desenho de contextos acessíveis.

6 IMPLICAÇÕES PARA AVALIAÇÃO, INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR E POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A análise dos perfis cognitivos no TEA produz consequências diretas para a avaliação. Em primeiro lugar, ela desautoriza interpretações baseadas em um único escore global. Índices agregados podem esconder assimetrias relevantes entre raciocínio, memória, linguagem, velocidade de processamento e regulação. Em termos práticos, isso significa que laudos e pareceres precisam descrever padrões de desempenho, condições de realização e efeitos contextuais sobre a tarefa. Uma avaliação que apenas classifica o sujeito, sem indicar como ele aprende melhor, como reage à imprevisibilidade ou quais apoios reduzem custo adaptativo, oferece utilidade limitada para a tomada de decisão.

Em segundo lugar, a avaliação deve combinar instrumentos padronizados com fontes ecológicas de informação. Observação clínica, entrevista com família, dados escolares, autorrelato quando possível, análise de rotina e registro de situações críticas ajudam a traduzir resultados neuropsicológicos em funcionamento real. A Classificação Internacional de Funcionalidade fornece matriz útil para esse movimento, pois desloca a pergunta de “qual é o déficit?” para “como se organiza a participação e quais fatores ambientais a facilitam ou dificultam?” (Who, 2025). Tal mudança é particularmente importante no TEA, em que o desempenho oscila intensamente conforme tipo de demanda, contexto sensorial e grau de explicitude das regras.

No campo da intervenção, o reconhecimento de perfis cognitivos heterogêneos recomenda desenho interdisciplinar. Psicologia, neuropsicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, pedagogia, psiquiatria e serviço social não devem operar como

compartimentos estanques, mas como campos complementares na elaboração de objetivos compartilhados. O alvo da intervenção não é simplesmente reduzir comportamentos observáveis; é ampliar comunicação funcional, autonomia, regulação, participação e qualidade de vida. Quando diferentes profissionais trabalham com descritores incompatíveis ou metas desconectadas, o sujeito e a família passam a receber exigências fragmentadas e, por vezes, contraditórias.

Também é essencial diferenciar aquisição de habilidade e generalização funcional. Muitos sujeitos aprendem determinado repertório em ambiente clínico estruturado, mas não o transferem automaticamente para escola, casa, comunidade ou trabalho. Isso ocorre porque a generalização depende de pistas contextuais, motivação, suporte ambiental e variação de treino. Em razão disso, programas de intervenção precisam incorporar cenários naturais, interlocutores diversos e metas vinculadas a problemas concretos. A lógica não deve ser a do treino abstrato de habilidades isoladas, mas a da construção de competência situada.

A família ocupa papel decisivo nesse processo. Diretrizes públicas de cuidado ao TEA no Brasil sublinham a centralidade da rede de apoio e da corresponsabilização entre serviços e cuidadores, evitando culpabilização familiar e orientando estratégias possíveis no cotidiano (Brasil, 2025). O trabalho com familiares não pode reduzir-se à transmissão de técnicas. É necessário ajudá-los a interpretar sinais de sobrecarga, organizar rotinas acessíveis, comunicar expectativas com clareza e reconhecer tanto limites quanto potencialidades da pessoa autista. Famílias excessivamente pressionadas a reproduzir protocolos complexos, sem suporte institucional, tendem a experimentar exaustão e baixa adesão.

No mundo do trabalho, a análise de perfis cognitivos ajuda a superar duas respostas igualmente insuficientes: a exclusão silenciosa e o encaixe estereotipado. Nem todo autista deve ser direcionado para as mesmas funções, assim como nem todo emprego exige o mesmo arranjo de suporte. O que a literatura sugere é a necessidade de compatibilização entre tarefa, ambiente e perfil de processamento. A decisão sobre disclosure, por exemplo, envolve cálculo complexo entre acesso a acomodação e risco de discriminação, como mostra a revisão de Sreckovic et al. (2024). Isso exige políticas institucionais que garantam confidencialidade, canais seguros de solicitação de ajustes e formação de gestores para comunicação objetiva e não estigmatizante.

As políticas públicas de inclusão também se beneficiam dessa perspectiva. Quando o sistema trabalha com categorias amplas e pouco sensíveis à funcionalidade, tende a distribuir recursos de modo genérico, com resultados limitados. Uma política consistente precisa combinar reconhecimento de direitos universais com avaliação individualizada de necessidades de apoio. Isso vale para saúde, educação, assistência social e empregabilidade. O foco em perfis cognitivos não substitui a luta por acesso; ele qualifica a forma como o acesso é operacionalizado.

Com base na análise realizada, torna-se evidente que a utilidade acadêmica do conceito de perfil cognitivo não reside na classificação de pessoas em tipos fixos, mas na capacidade de orientar decisões mais precisas. Avaliar melhor significa descrever com maior fidelidade. Intervir melhor significa organizar apoios que conversem com o modo real de funcionamento do sujeito. Incluir melhor significa alterar contextos para que a diferença não se converta automaticamente em exclusão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar que o TEA não pode ser adequadamente compreendido por meio de imagens homogêneas de déficit ou por narrativas simplificadoras de talento. O que a literatura mostra, com consistência crescente, é a presença de perfis cognitivos heterogêneos, frequentemente marcados por assimetrias entre domínios. Em muitas pessoas autistas, coexistem raciocínio verbal e não verbal preservados, atenção refinada a detalhes, memória específica e interesse intensivo por sistemas, ao lado de dificuldades em flexibilidade cognitiva, velocidade de processamento, teoria da mente, integração contextual e autorregulação.

Essa configuração tem consequências diretas para a prática clínica, educacional e social. Quando instituições desconsideram a desigualdade entre domínios e avaliam apenas desempenho global ou adaptação aparente, produzem interpretações imprecisas e intervenções pouco efetivas. Em contrapartida, quando a avaliação descreve o perfil de forças e vulnerabilidades, o planejamento de apoio torna-se mais plausível. A adaptação funcional deixa de ser concessão improvisada e passa a constituir resposta tecnicamente fundamentada.

As evidências examinadas também indicam que o ambiente não é cenário neutro. Previsibilidade, suporte visual, comunicação explícita, ajuste sensorial, flexibilização temporal e mediação relacional alteram substancialmente o modo como a pessoa autista participa de tarefas e vínculos. Isso confirma a importância de uma leitura biopsicossocial e ecológica do funcionamento, compatível com a Classificação Internacional de Funcionalidade e com diretrizes contemporâneas de cuidado. O problema não está apenas no sujeito ou apenas no contexto, mas no encontro entre ambos.

Outro aspecto que merece ênfase diz respeito ao valor heurístico dos pontos fortes cognitivos. Reconhecê-los não significa negar sofrimento, nem romantizar o autismo. Significa produzir interpretações que ampliam a compreensão sobre aprendizagem, autonomia e participação. Tal reconhecimento pode orientar escolhas pedagógicas, trajetórias profissionais, organização de rotinas e experiências de sucesso menos marcadas por fracasso reiterado. Ao mesmo tempo, continua sendo necessário evitar generalizações e essencialismos, uma vez que nenhuma força é universal no espectro e nenhum desafio se distribui de modo idêntico entre os sujeitos.

Por essa razão, pesquisas futuras podem contribuir ao investigar de modo mais longitudinal como pontos fortes cognitivos se convertem, ou não, em participação social ampliada, e quais adaptações têm maior efeito em

diferentes fases do desenvolvimento. No plano aplicado, a tarefa central permanece a mesma: transformar conhecimento sobre perfis cognitivos em práticas de avaliação e apoio que respeitem singularidades, reduzam barreiras e ampliem possibilidades concretas de vida para pessoas autistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

BAL, V. H. et al. Cognitive profiles of children with autism spectrum disorder with parent-reported extraordinary talents and personal strengths. **Autism**, London, v. 26, n. 1, p. 62-74, 2022. DOI: 10.1177/13623613211020618.

BARON-COHEN, S. Autism: the empathizing-systemizing (E-S) theory. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 1156, p. 68-80, 2009. DOI: 10.1111/j.1749-6632.2009.04467.x.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para pessoas com transtorno do espectro autista - TEA**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_pessoas_tea.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Data and statistics on autism spectrum disorder**. Atlanta: CDC, 2025. Disponível em: <https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CHRISTOFOROU, M. et al. Executive function profiles of preschool children with autism spectrum disorder and attention-deficit/hyperactivity disorder: a systematic review. **JCPP Advances**, London, v. 3, n. 1, 2023. DOI: 10.1002/jcv2.12123.

DEMETRIOU, E. A. et al. Autism spectrum disorders: a meta-analysis of executive function. **Molecular Psychiatry**, London, v. 23, n. 5, p. 1198-1204, 2018. DOI: 10.1038/mp.2017.75.

JONES, C. R. G. et al. The association between theory of mind, executive function, and the symptoms of autism spectrum disorder. **Autism Research**, Hoboken, v. 11, n. 1, p. 95-109, 2018. DOI: 10.1002/aur.1873.

LAGE, C. et al. A meta-analysis of cognitive flexibility in autism spectrum disorder. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, Amsterdam, v. 157, p. 105511, 2024. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2023.105511.

MAW, K. J. et al. Cognitive strengths in neurodevelopmental disorders, conditions and differences: a critical review. **Neuropsychologia**, Amsterdam, v. 197, p. 108850, 2024. DOI: 10.1016/j.neuropsychologia.2024.108850.

PRUNETI, C. et al. Evaluation of the effectiveness of behavioral interventions for autism spectrum disorders: a systematic review of randomized controlled trials and quasi-experimental studies. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, London, v. 29, n. 1, 2024. DOI: 10.1177/13591045231205614.

RESTOY, D. et al. Emotion regulation and dysregulation in children and adolescents with autism spectrum disorder: a meta-analysis of evaluation and intervention studies. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, Amsterdam, v. 160, p. 105620, 2024.

ROSELLO, R. et al. Developmental outcomes in adolescence of children with autism spectrum disorder without intellectual disability: a systematic review of prospective studies. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, Amsterdam, v. 128, p. 546-563, 2021. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2021.04.010.

RUTHERFORD, M. et al. Visual supports at home and in the community for individuals with autism spectrum disorders: a scoping review. **Autism**, London, v. 24, n. 2, p. 447-469, 2020. DOI: 10.1177/1362361319871756.

SRECKOVIC, M. A. et al. Coming out autistic at work: a review of the literature. **Autism**, London, 2024. DOI: 10.1177/13623613231206420.

TASSINI, S. C. V. et al. Weak central coherence in adults with ASD. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, Porto Alegre, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Autism**. Geneva: WHO, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 20 mar. 2026.